



CONSELHO GERAL
Solidariedade
com as
instituições
afetadas pelas
tempestades



No arranque dos trabalhos do Conselho Geral da CNIS, que decorreu no passado dia 2 de março, em Fátima, os conselheiros aprovaram, por unanimidade, um voto de solidariedade para com as comunidades afetadas pelas tempestades que assolaram o país, com um sublinhado ao papel das IPSS e seus dirigentes e trabalhadores.



UM MÊS DEPOIS DA TEMPESTADE NA REGIÃO CENTRO

Já de portas abertas, IPSS contam com apoios do Estado

PROTOCOLO

Reunião com a ANMP corresponde aos anseios da CNIS

A CNIS e mais duas Entidades Representativas do Sector Social Solidário (ERSSS) reuniram com a nova Direção da Associação Nacional de Municípios (ANMP), um encontro que, Alfredo Cardoso, dirigente da CNIS, considerou de “extremamente proveitoso”, tal como Pedro Pimpão, o novo presidente da ANMP, que elogiou a oportunidade do encontro.

A VOZ DO OPERÁRIO

143 anos celebrados com uma homenagem

A Voz do Operário celebrou, no seu Salão de Festas, o 143º aniversário, com uma festa repleta de alegria, animação e uma sentida homenagem à atriz Maria João Luís, distinguida como Sócia Honorária d'A Voz do Operário, que terminou o seu discurso com uma afirmação de enorme força: “Quero ser feliz agora!”

SOUTO DA CARPALHOSA

Centro Social ainda tem constrangimentos no seu funcionamento

A passagem da tempestade Kristin foi avassaladora e a instituição de Souto da Carpalhosa foi bastante afetada, nomeadamente porque “os telhados voaram e, depois, a chuva, porque não parou de chover, trouxe as infiltrações, para além dos painéis solares que ficaram inoperacionais. Ainda assim, hoje, apesar de alguns constrangimentos, a atividade está em pleno.

Opinião

Paulo Pedroso

Sociólogo, Ex-ministro do Trabalho e Solidariedade



O contrapeso de Belém

Com a posse do Presidente da República, a 9 de março, fechou-se um ciclo eleitoral intenso no país, iniciado com as eleições para a Assembleia Regional dos Açores, em fevereiro de 2024. Autarquias locais, Assembleias Regionais, Assembleia da República e Presidente da República: a todos fomos chamados a votar nestes últimos dois anos, em alguns casos duas vezes.

Politicamente, o país mudou. O PSD manteve-se no governo da Madeira, conquistou a maioria das autarquias locais e os governos dos Açores e da República. O Chega emergiu como segunda força na Assembleia da República e progrediu muito significativamente em todos os tabuleiros do xadrez eleitoral. O PS

perdeu todos os atos eleitorais, ainda que resistindo no seu novo papel de partido de oposição. Os partidos à esquerda do PS, com a exceção do Livre, sofreram revezes muito significativos.

O centro-direita e a direita passaram a governar o país. As eleições presidenciais terminaram com um resultado que permite um contraponto a essa recentragem do sistema político nacional, elegendo um Presidente que, independentemente dos amargos de boca que tenha tido com o seu partido, é um quadro destacadado e ex-líder do PS.

António José Seguro é chamado a ser o contrapeso que o desenho institucional da nossa democracia confere ao Presidente da República.

O semipresidencialismo é um regime político com características híbridas, em que o poder executivo se reparte entre um Primeiro-Ministro, que lidera o governo com o apoio do Parlamento, e um Presidente da República com legitimidade reforçada por ser eleito por sufrágio universal.

Ao contrário dos regimes presidencialistas, o Primeiro-Ministro não se subordina ao Presidente e, ao contrário dos regimes parlamentaristas, o Presidente não tem funções predominantemente simbólicas e de representação do Estado.

O nosso Presidente da República tem o poder de vetar leis, de nomear e destituir primeiros-ministros e de dissolver a Assembleia da República por decisão puramente política.

Quem pensou a Constituição não quis entregar todo o poder executivo a um só homem, marcado que estava por uma ditadura protagonizada por um Presidente do Conselho de Ministros. Esta repartição de poderes é exigente quanto ao bom-senso de todos os protagonistas e já motivou muitos momentos de tensão, muitas vezes virtuosa e outras nem tanto, entre as pessoas que ocupavam um e outro cargo.

António José Seguro chegou ao lugar após um percurso eleitoral em que se apresentou com sucesso

como um apaziguador de tensões, resistindo à polarização política crescente, evitando participar em escaladas verbais e fugindo a envolver-se nos aspetos menos edificantes da campanha eleitoral.

O seu percurso político anterior ao interregno de que emergiu para esta campanha sugere que seja um político moderado, que tente participar no desenho de entendimentos institucionais e se empenhe em dar estabilidade ao sistema político.

Mas os tempos vão testá-lo. O contexto internacional é adverso e o Presidente da República tem entre as áreas em que tem maior intervenção direta as da soberania. Perante Marcelo Rebelo de Sousa, o Governo, pelo menos no que é público, procurou minorar, com a complacência do Presidente em fim de mandato, essa função do Presidente, quer quando Montenegro ofereceu em Kiev uma presença militar portuguesa após a guerra, quer no recente episódio da autorização do uso da Base das Lajes para operações militares unilaterais dos EUA.

No plano interno, é expectável que o novo Presidente, institucionalista, não estabeleça linhas vermelhas face a nenhum partido, nem ao Chega, mas promova o entendimento entre as forças centrais do sistema político, como fez ao longo

da sua vida política. Isso fará dele um potencial aliado de quem no atual governo procure entendimentos de regime no centro político em vez de abraçar a sua direita e de quem no PS tenha calma suficientemente para não precipitar crises políticas de desfecho incerto.

Surpreender-me-ia se Seguro não conseguisse evitar dissoluções da Assembleia da República que Marcelo apadrinhou, se não precipitou ativamente.

Mas Seguro tem também de pensar que marca deixa na sua passagem por Belém. Seria bom para ele e para o país se uma delas fosse o investimento no reforço e autonomia da sociedade civil face ao Estado, no aumento da transparência entre forças da sociedade civil e poderes públicos.

A sua magistratura de influência pode ser posta ao serviço da luta contra a opacidade na política que é uma das causas da perda de confiança das pessoas nas instituições.

A nossa democracia será mais saudável com uma cidadania ativa e participativa que se alimenta do fôlego da sociedade civil autónoma face aos poderes instituídos. Os governos nunca terão essa prioridade na sua atuação pela própria natureza das perversões do funcionamento dos partidos. Mas o Presidente pode ser apóstolo dessa causa.

Opinião

Eugénio Fonseca



Coesão Social e Territorial, Demografia e Democracia na União Europeia

Há poucos dias, participei num Seminário Internacional subordinado ao tema “Coesão Social e Territorial, Demografia e Democracia na UE, promovido por várias organizações, entre as quais destaco a BASE- FUT – Frente Unitária dos Trabalhadores. Coube-me integrar o painel sobre o tema: “O reforço do papel das regiões

e autarquias na promoção da Coesão Social e Territorial”. Porque me parece um imperativo a levar a sério, se queremos ter mesmo um Portugal com desenvolvimento integral e sustentável, tendo nele um papel decisivo a desempenhar pelas IPSS, deixo algumas das reflexões que partilhei com os participantes.

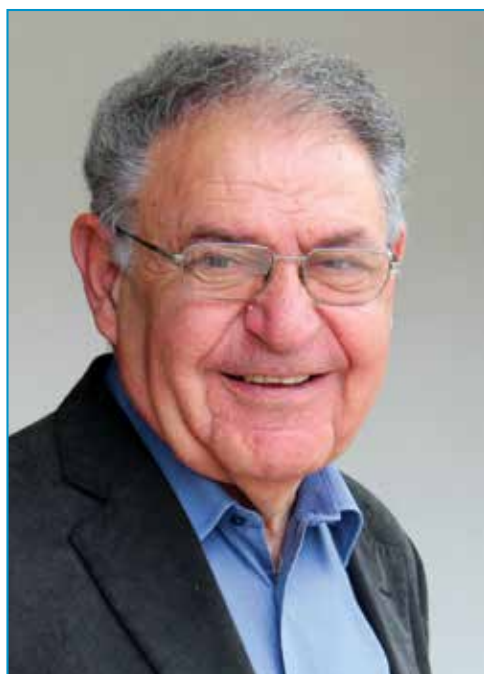
Antes de mais é necessário ter-se em conta os fatores que minam a Coesão Social. Consciente de que há muitos outros, refiro os seguintes: 1) A predominância de uma cultura individualista, excessivamente meritocrática, que coloca na satisfação dos interesses pessoais a sua referência principal e num tipo da construção da felicidade mais hedonista e efêmera; 2) A criação de riqueza financeira é, sem dúvida, um desiderato inquestionável. É óbvio que não se pode distribuir o que não se tem. Todavia, já tivemos na história portuguesa níveis de crescimento económico, mas não diminuíram as desigualdades, porque a riqueza produzida concentrou-se na posse de alguns em detrimento de quem mais dela precisava. Defendo que na medida em que a economia cresce se deve fazê-la repercutir na atribuição de salários mais dignos e na diminuição tributária, por via da diferenciação positiva, sobre os rendimentos das pessoas e das pequenas

e médias empresas; 3) A dificuldade no acesso ao trabalho por parte de públicos mais vulneráveis. Recordo a existência ainda significativa dos designados NEET, jovens que não estudam, não trabalham nem seguem uma formação, bem como da iliteracia funcional, cultural e digital; 4) As dificuldades na integração de migrantes; 5) A fraca relação intergeracional, assim como o isolamento e o nível de reformas de muitos idosos.

A coesão territorial, aumento da natalidade e reforço da democracia participativa são incontornáveis para a coesão social. Reclamam-se umas às outras. As IPSS têm uma missão irrenunciável para se alcançar tão grandes desígnios. Apenas algumas das sugestões que deixei no referido Seminário: 1) Viabilizar a aplicação local de medidas de políticas públicas que visem a solução das questões em apreço; 2) Disponibilizar meios de transporte, sempre que as autarquias não o

façam, para que crianças e jovens, que habitem em lugares desertificados, possam, com mais facilidade, ir e regressarem das escolas, ou para as pessoas mais vulneráveis no acesso a serviços indispensáveis, não existentes; 3) Aumentar a capacidades das respostas de apoio à infância, tornando-as acessíveis aos casais jovens; 4) Potenciar o diálogo entre gerações e diferentes culturas, com a realização de atividades específicas; 5) Abrir sempre as instituições à comunidade para que se possa assegurar o fortalecimento do associativismo; 6) Promover o voluntariado de proximidade.

A Constituição da República Portuguesa, a celebrar o cinquentenário da sua aprovação, nos artigos 255 e 256 refere que a regionalização, como forma de organização administrativa do território no continente, garante a descentralização. Este é um assunto que merece ser tratado com mais espaço. Talvez, em breve, voltemos a este assunto.



Lino Maia
Presidente da CNIS

Editorial

Maior acompanhado

1. Seis anos transcorridos sobre o novo regime jurídico do maior acompanhado e a mudança de paradigma que com ele se ambicionava, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade convidou dirigentes e equipas técnicas das suas associadas, operadores judiciais e a Academia para fazer um balanço sobre o tema, entrecruzando as perspetivas mais teóricas com as experiências mais práticas, muito especialmente da área da deficiência intelectual, da paralisia cerebral e da terceira idade.

A legitimidade para suscitar o impulso processual e requerer a(s) medida(s) de acompanhamento, a nomeação de potenciais acompanhantes, o cumprimento da obrigação legal de não agir em conflito de interesses e a conveniência de pensar novos modelos de resposta foram os temas da reflexão.

2. Concretamente na área da deficiência, ao anterior modelo, que assentava numa vertente médica e assistencial, seguiu-se um paradigma novo, baseado nos direitos das pessoas com deficiência, que procura reconhecer a dignidade inerente a todas as pessoas e preservar na máxima extensão possível a autonomia e a liberdade de escolha e controlo sobre onde, com quem e de que modo as pessoas com deficiência querem

viver. O quadro jurídico português tem vindo, nesta matéria, a evoluir para um sistema mais próximo do novo paradigma, de modo a permitir que, perante cada situação concreta e com total respeito pela individualidade de cada um, se tomem (apenas) as medidas proporcionais às necessidades de proteção de cada pessoa, como explicado pela Prof. Doutora Mafalda Miranda Barbosa.

Em teoria, a regra do regime do maior acompanhado é, portanto, a da autonomia, especialmente quanto à prática de atos pessoais, como os de casar, escolher o domicílio, testar, votar, perfilhar ou educar os filhos, mas, como lembrou a Doutora Patrícia Neca, a evolução tem sido lenta, havendo ainda uma predominância assinalável de decisões em que os acompanhantes têm poderes de representação geral, com 78% das sentenças proferidas em 2022 a atribuir poderes de representação geral ao acompanhante, contra 85% em anos anteriores. Se quanto à prática de alguns atos pessoais pode haver preocupações relacionadas com a proteção da pessoa acompanhada, quanto a outros, como o direito ao voto, não parece haver qualquer fundamento, o que assume uma especial gravidade, conforme realçaram o Eng. Rui Coimbra e a Dra. Inês Robalo. Em parte, tal situação é potenciada, no entender da Prof. Doutora Mafalda Miranda Barbosa, pela ausência de dados suficientes para aferir as concretas necessidades da pessoa a acompanhar, ou, como apontou a Dra. Marta Xavier, pela falta de informação e formação dos magistrados nesta área. E manifesta-se mesmo nas limitações que a execução do acompanhamento acaba por impor às pequenas decisões do dia-a-dia.

3. Por outro lado, verifica-se ainda uma enorme dificuldade em encontrar quem possa, em condições de independência e disponibilidade, assegurar acompanhamento. Se, por um lado, e como enfatizou a Dra. Inês Robalo, as pessoas adultas podem e devem escolher quem querem como seus acompanhantes, na prática faltam as pessoas que possam ser indicadas, havendo uma grande desadequação e/ou insuficiência

de figuras idóneas na comunidade que possam assegurar o acompanhamento.

Muitas vezes, como recordaram a Dra. Marília Vaz ou o Dr. Manuel António Teixeira, é às direções técnicas ou aos dirigentes das instituições que apoiam a pessoa acompanhada que acaba por ser atribuído o acompanhamento. Ora, nestes casos podem levantar-se questões relacionadas com potenciais conflitos de interesses – quer quanto à gestão patrimonial quer quanto às decisões relativas à própria provisão do serviço. Deveria, assim, sempre que possível, encontrar-se figuras idóneas, externas às instituições, de modo a assegurar a independência na representação dos interesses da pessoa acompanhada, necessidade que foi transversalmente diagnosticada.

Tal situação é tanto mais complexa e delicada quanto cada acompanhante numa instituição pode acompanhar dezenas de casos, como testemunharam a Dra. Marília Vaz e a Dra. Marta Xavier. A Dra. Inês Robalo, a este propósito, lembrou ainda os constrangimentos detetados na designação de acompanhantes, por recusa ou resistência dos técnicos na aceitação (em particular em instituições onde a pessoa acompanhada não reside). Para esse efeito, o Ministério Público tem testado protocolos com entidades, no sentido de criar bolsas de acompanhantes. Tal solução inspira-se em outros ordenamentos jurídicos (como o alemão, o espanhol ou o escocês), que, para contornar as dificuldades relacionadas com os conflitos de interesses e com as dificuldades na designação de acompanhantes, atribuem o acompanhamento a associações sociais que não aquelas que apoiam a pessoa acompanhada.

4. O compromisso para a criação dos grupos de trabalho previstos no Compromisso de Cooperação para o biênio 2025-26 traz – como lembrou a Senhora Secretária de Estado para a Ação Social e Inclusão, Dra. Clara Marques Mendes – a garantia de que o processo de revisão legislativa será um processo participado e com o envolvimento ativo de quem está, no dia-a-dia, no terreno a detetar e a superar os problemas que vão surgindo.



CONSELHO GERAL DA CNIS

Aprovado voto de solidariedade com os afetados pelas tempestades

No arranque dos trabalhos do Conselho Geral da CNIS, que decorreu no passado dia 2 de março, em Fátima, os conselheiros aprovaram, por unanimidade, um voto de solidariedade para com as comunidades afetadas pelas tempestades que assolaram o país, com um sublinhado ao papel das IPSS e seus dirigentes e trabalhadores.

“As instituições mobilizaram-se para apoiar as comunidades”, destacou o padre Lino Maia, sublinhando o “agradecimento e reconhecimento às IPSS de Coimbra, Leiria e Santarém, que foram inextinguíveis para apoiar as comunidades”.

“Em poucos minutos tudo se destruiu”, começou por relatar Carla Verdasca, presidente da UDIPSS Leiria, relevando o papel de alguns dirigentes que “permaneceram nas instituições, apesar de também terem as suas casas afetadas”.

Carla Verdasca deixou ainda um “agradecimento à Segurança Social de Leiria, que fez um trabalho de terreno essencial”, frisando que “foi a fonte de informação e a primeira força no terreno, tal como a Proteção Civil”.

Gil Tavares, presidente da UDIPSS Coimbra, agradeceu e destacou a solidariedade que as instituições do distrito sentiram, primeiro, após a passagem da depressão Kristin e, depois, com a cheia do Mondego.

Fernando Sousa, presidente da UDIPSS Setúbal, quis deixar um “elogio aos trabalhadores das instituições, que, apesar das intempéries, não deixaram de cumprir com as suas funções e não deixaram ninguém para trás”.

Por seu turno, David Catarino, vice-presidente da UDIPSS Santarém, relatou ter havido

“problemas graves, especialmente, em Ferreira do Zêzere e Ourém”.

O recém-empossado dirigente lembrou que “a falta de água foi problemático”, enfatizando que “é necessário formação para as pessoas poderem lidar com estas situações, fazer simulacros, ter planos de contingência”.

O Conselho Geral abordou ainda o PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência, considerado “um programa de intenções”, que, “apesar de não ter nada direcionado às IPSS, também se aplica ao Sector Social Solidário”.

No entanto, para o presidente da CNIS, “falta um R de Requalificação”.

Por outro lado, “urge resolver a situação das construções inacabadas no âmbito do PRR, e não só, que ficaram com a construção interrompida devido às tempestades”.

Nesse sentido, a CNIS pretende fazer um levantamento das situações para tentar que tudo fique pronto até agosto de 2026. Assim, foi solicitado às Uniões Distritais que façam esse levantamento e comuniquem os resultados à CNIS.

O Solidariedade sabe que, relativamente ao PTRR, a posição da CNIS, defendida na Comissão Permanente do Sector Social Solidário, pretende que, em praticamente todas as medidas anunciadas, as IPSS e equiparadas apareçam como destinatárias e não apenas presumidas. A direção da CNIS reivindica o reequipamento das IPSS com respostas residenciais, nomeadamente, com geradores, com meios de autoproteção, com camas articuladas alternativas e com transportes de emergência; Dotar todas as IPSS com respostas sociais residenciais ou de apoio a pessoas com deficiência com meios de

acessibilidade e de mobilidade; Considerar a possibilidade de casas ou terrenos abandonados, a título precário, mas para exploração, poderem ser entregues, às autarquias ou às IPSS de proximidade; Eliminar e substituir todas as coberturas com Amianto; Associar as IPSS ao SIRESP; Identificar e dotar de equipamentos de emergência uma IPSS ou equiparada em cada CLDS; Definir uma articulação instrumentalizada e generalizada entre Proteção Civil e IPSS e equiparadas.

A reunião do Conselho Geral serviu ainda para a Direção dar conta de alguns pontos do Relatório de Atividades de 2025, que, no próximo dia 28 de março, será alvo de discussão e votação na

Assembleia Geral da CNIS, a realizar em Fátima, tal como o Relatório de Contas de 2025.

No último ponto da ordem de trabalhos da reunião, os conselheiros deixaram algumas das suas preocupações que se prendem, entre outras situações, com os atrasos no pagamento dos Avisos, com os atrasos no PEDEPE (Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar), com os custos do Pré-Escolar ou a situação da Mobilidade Verde e daquilo que foi chamado de “caça às bruxas no SAD”.

Foi ainda feito o ponto da situação das negociações com o Estado a propósito da Adenda 2026 e das conversas com as estruturas sindicais.



CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em Fátima, no Hotel Cinquentenário, no próximo dia 28 de março de 2026, pelas 9h45, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 – Apresentação do Relatório de Atividades e Contas de 2025;
- 2 – Apresentação do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do ano de 2025 (artº50, nº1, al. e);
- 3 – Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2025;
- 4 - Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral


(Dr. José Carlos Borges Batalha)

Porto e Sede da CNIS, 11 de março de 2026

Rua da Reboleira, 47 | 4050-492 PORTO
☎ 226 068 614 | 226 065 932 | 226 001 774
E-mail: cnis@cnis.pt
www.cnis.pt | www.solidariedade.pt

ADENDA 2026 AINDA SEM ACORDO

Negociações com o Governo continuam

As negociações da Adenda ao Compromisso de Cooperação 2025-2026, entre as organizações do Sector Social Solidário e o Governo, estão num impasse. Tem havido reuniões de trabalho, mas não há ainda acordo.

Lino Maia, presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade mantém-se “moderadamente confiante” desde janeiro, altura em que deu ao jornal Solidariedade uma entrevista sobre o processo

negocial.

Desde então pouco se avançou e, para já, não há quaisquer previsões.

Recorde-se que a CNIS tem bem definidas as pretensões negociais: “Em todas as respostas sociais que estão abaixo dos 50% tem de haver uma aproximação significativa.” Esta formulação do presidente Lino Maia reporta diretamente ao Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, revisto em 2021,

e adotado pelos diferentes governos, desde então.

As Entidades Representativas do Sector Social e Solidário (ERSSS) estão agradadas com o esforço feito por este executivo no que diz respeito à avaliação dos custos das respostas sociais e com a determinação da fórmula base de atualização anual das comparticipações públicas, mas dizem-se preocupadas com a lentidão da aproximação aos objetivos da

paridade prevista no Pacto e com a descoordenação das diferentes áreas de cooperação, motivos que têm concorrido para a conclusão do acordo.

Nestas negociações com o Estado o Sector Social e Solidário é representado pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, pela Confederação Cooperativa Portuguesa, pela União das Misericórdias e pela União das Mutualidades.

ALFREDO CARDOSO EM REPRESENTAÇÃO DA CNIS NO ENCONTRO DE COIMBRA

Reunião com a ANMP foi “extremamente proveitosa”



A CNIS e mais duas Entidades Representativas do Sector Social Solidário (ERSSS) reuniram com a nova Direção da Associação Nacional de Municípios (ANMP), um encontro que, Alfredo Cardoso, dirigente da CNIS, considerou de “extremamente proveitoso”.

Também Pedro Pimpão, o novo presidente da ANMP, elogiou a oportunidade do encontro, sustentando que “esta reunião foi muito importante, porque a ANMP reconhece o papel que as instituições sociais desempenham no nosso território no apoio direto à nossa população”.

Para o novo líder da ANMP, a reunião serviu para “estreitar a ligação que une municípios e instituições sociais, uma vez que o objetivo de ambos é promover a qualidade de vida e o bem-estar dos nossos concidadãos e esse é um objetivo comum”.

O encontro, que decorreu na sede da ANMP, em Coimbra, serviu, para além da apresentação de cumprimentos à nova Direção, para abordar questões relacionadas com o Protocolo assinado em 21 de março de 2023 entre as ERSSS e a ANMP, mas não só.

“Já estabelecemos um conjunto de iniciativas que vamos desenvolver em conjunto no sentido de aproximar, cada vez mais, o Sector Social e os municípios”, revelou Pedro Pimpão.

No âmbito dessas iniciativas, Alfredo Cardoso deu conta ao Solidariedade do que se trata e porque considerou a reunião “extremamente proveitosa”.

“Porque todas as propostas que apresentámos foram aceites pela nova Direção da ANMP, concretamente, a matéria de acompanhamento do protocolo, não só para saber o cumprimento do acordo sectorial do compromisso entre o Governo e a ANMP para a descentralização no domínio da ação social, e isto não é de somenos”, defendeu, explicando: “É que nós também queremos saber qual é o estado da arte sobre o cumprimento desse acordo sectorial”.

Sobre esta matéria, Pedro Pimpão, segundo o dirigente da CNIS, “reforçou a utilidade da medida”, de tal forma “que se comprometeu a fazer uma iniciativa pública, sobre a forma de conferência ou de fórum, onde estejam todas as entidades para se falar sobre o assunto”.

“Penso que o mais positivo, foi ter considerado que devíamos tornar público a avaliação da descentralização no domínio da ação social para os municípios”, afirmou Alfredo Cardoso, acrescentando: “Tal como relevámos a importância de se fazer o acompanhamento do protocolo entre as entidades representativas do sector social solidário e a ANMP, nomeadamente quanto à cláusula terceira, que, pelo menos duas vezes por ano, haveria reuniões de acompanhamento, o que não se verificou no passado com a anterior Direção”.

Por outro lado, “também foi aceite, como importante contributo da CNIS, considerar a questão da pobreza como questão central no protocolo, até porque, cada vez mais, a pobreza está na agenda, não só da União Europeia, mas também das Comissões Intermunicipais”, sustentou, lembrando: “O próprio preâmbulo do atual protocolo aborda esta matéria, mas depois não lhe deu corpo nas cláusulas”.

A este propósito, ficou estabelecida a criação de um grupo de trabalho para apresentar resultado até ao final de junho.

Perspetiva-se, por isso, uma alteração ao protocolo, com a introdução na cláusula dois desta matéria, tendo a proposta da CNIS sido que a nova redação deva iniciar-se por: “Tendo em conta que o combate à pobreza e à exclusão social é tanto mais eficaz quanto mais resulte de um processo participado, quer pela população, quer pelas instituições, que constituem instrumentos de elos sociais”.

Sobre o reforço da parceria entre autarquias e instituições sociais, Pedro Pimpão foi claro: “Não há dúvidas que somos parceiros e as recentes tempestades que assolaram o país, e a região centro em particular, demonstraram, mais uma vez, que foram as instituições sociais e os municípios a principal resposta imediata às nossas populações. Por isso, o objetivo no futuro é no sentido de continuarmos a estreitar as relações entre os municípios e as instituições, porque já percebemos que quem sai a ganhar com isso são as nossas pessoas”.

Para além de Alfredo Cardoso, Gil Tavares também integrou a delegação da CNIS, tendo Joaquim Pequicho representado a Confecoop, José Júlio Norte, a União das Misericórdias, tendo ainda marcado presença na reunião Paulo Braga, secretário-geral da ANMP.

PEDRO VASCO OLIVEIRA

AAASE, CASCAIS

Novo equipamento infantil com capacidade para 136 petizes

A Associação dos Antigos Alunos Salesianos do Estoril está a construir uma nova creche e jardim de infância, uma obra já em execução, no Centro Social D. Bosco, que terá capacidade para 136 crianças dos quatro meses aos três anos e mais 50 crianças dos três aos seis anos.

Atualmente, a instituição já acolhe 170 crianças em Creche, Berçário e Pré-escolar, acompanhadas por uma equipa de 30 trabalhadores.

Com um investimento total de cerca de 4,8 milhões de euros, a Associação dos Antigos Alunos Salesianos do Estoril é o principal financiador da obra, contando ainda com apoio financeiro do Programa PARES e da Câmara Municipal de Cascais.

AML – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS LAMEIRAS, V. N. FAMALICÃO

Instituição recebe Selo Protetor pelo trabalho em prol das crianças

A AML - Associação de Moradores das Lameiras foi distinguida com o Selo Protetor – Biénio 2025/2027, um reconhecimento nacional atribuído pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) a entidades que se destacam na promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens.

A cerimónia de entrega do certificado e da bandeira decorreu no Auditório Municipal de Gondomar e contou com a presença da vereadora da Câmara Municipal de Gondomar, Ana Luísa Gomes, da presidente da CNPDPCJ, Ana Isabel Valente, e da presidente da CPCJ de Gondomar, Inês Queirós, que procederam à entrega das distinções.

“A atribuição deste selo reconhece o trabalho contínuo, responsável e comprometido que a Associação das Lameiras tem vindo a desenvolver, criando contextos seguros, inclusivos e promotores do bem-estar, da cidadania e do desenvolvimento integral das crianças e jovens que acompanha diariamente”, pode ler-se na nota enviada à redação.

Para Jorge Faria, presidente da Associação de Moradores das Lameiras, “a conquista do Selo Protetor 2025/2027 representa não só um motivo de orgulho, mas também o reconhecimento do trabalho, dedicação e empenho de todos os colaboradores da



instituição, cujo contributo diário foi determinante para a atribuição desta distinção”.

Por outro lado, Jorge Faria sublinhou que o “prémio reforça o compromisso institucional da AML com a defesa dos direitos da criança, a prevenção de situações de risco e a promoção de uma cultura de cuidado, proteção e respeito, pilares fundamentais da sua missão”.

Esta foi a 8.ª edição do Selo Protetor, que desde a sua criação, em 2018, já certificou 287 entidades, abrangendo mais de 282 mil crianças e jovens a nível nacional.



eSOCIAL INFÂNCIA

by F3M

– BUROCRACIA
+ TEMPO PARA EDUCAR

CONHEÇA O eSOCIAL INFÂNCIA

- Planificação simples e integrada
- Bloco de Notas para registar o que realmente importa
- Avaliação automática com base no que regista
- Comunicação segura e privada com as famílias





participe no

HEALTHi TALKs

by F3M

Espaço de partilha

Diálogo aberto e construtivo sobre os principais desafios enfrentados pelas instituições

Partilha de experiências e reflexão conjunta sobre práticas de sucesso

Melhoria contínua na prestação de cuidados





saiba mais em www.f3m.pt

CENTRO SOCIAL E CULTURAL PAROQUIAL DE SOUTO DA CARPALHOSA, LEIRIA

Efeitos da tempestade Kristin ainda geram constrangimentos

A freguesia de Souto da Carpalhosa, concelho de Leiria, tem mais de 800 anos de história e insere-se hoje numa área densamente industrializada e que foi fortemente afetada pela passagem da depressão Kristin, na noite de 27 para 28 de janeiro último.

O Centro Social e Cultural Paroquial de Souto da Carpalhosa, que apoia quase 1.700 pessoas, nas áreas da infância, idosos e ajuda alimentar.

A passagem da tempestade foi avassaladora e a instituição de Souto da Carpalhosa foi bastante afetada, nomeadamente porque “os telhados voaram e, depois, a chuva, porque não parou de chover, trouxe as infiltrações, para além dos painéis solares que ficaram inoperacionais”, começa por relatar Joaquim Guarda, diretor executiva do Centro Social.

“Na creche e jardim-de-infância tinha baldes no meio das salas para recolher a água que caía dos tetos. No lar há uns quartos que ainda não estão ocupados, porque ainda pinga água e há manchas de humidade e um forte cheiro a mofo”, explica, pouco mais de um mês depois dos acontecimentos, alertando: “Esta situação não está, de forma alguma, ultrapassada. Substituímos as telhas que voaram e que se partiram, mas neste momento os beirados, que se partiram todos, precisam da intervenção de um pedreiro e, sem essa intervenção, sempre que chove a água bate diretamente na parede, porque não há beirado. E a consequência são as infiltrações e as humidades que continuam a entrar nos quartos. As caleiras, a toda a volta do edifício, desapareceram. Uma delas, inclusive, ficou pendurada nos cabos de eletricidade de um poste... que, por acaso, não foi derrubado”.

E se a creche o pré-escolar suspenderam o funcionamento, a área dos idosos, à exceção do Centro de Dia, “nunca deixou de trabalhar”, porque a instituição tem um gerador.

“Este gerador foi cá colocado há

mais de 20 anos, já na perspectiva de haver uma falha de energia ou assim. Aliás, o gerador não tem capacidade para uma catástrofe com esta dimensão. Ou seja, foi preciso fazer a gestão do seu uso, à noite para o aquecimento, para que não faltasse conforto e bem-estar aos utentes, e durante o dia para as câmaras de frio ou cozinha e para que os serviços pudessem funcionar”, conta Joaquim Guarda, ressaltando: “No entanto, na lavandaria tivemos de arranjar uma alternativa, porque o gerador não aguentava a máquina de lavar em simultâneo com o resto. Arranjámos umas máquinas familiares para que o gerador aguentasse. O gerador está dimensionado para iluminação e tomadas, nada mais”.

Apesar dos constrangimentos, a instituição conseguiu manter os serviços cujas condições garantiam a qualidade dos mesmos.

“O SAD foi complicado no dia seguinte, porque não conseguíamos circular, mas a partir do dia 29 assegurámos todos os serviços com normalidade”, revela, relatando outros constrangimentos: “A dificuldade no SAD e na ERPI até ao dia 30 foi com os colaboradores que ficaram em casa, porque também tinham as suas casas destelhadas, e a enorme dificuldade nas comunicações e nos acessos. Alguns trabalhadores vieram trabalhar a pé, eram para entrar às 8h00 e chegaram às 10h00, porque tiveram que vir a pé, porque não se circulava de outra forma. Essa foi uma das grandes dificuldades nos dias subsequentes”.

Já a área da infância, mais afetada pelo temporal e sem energia elétrica, fechou durante cerca de uma semana, tendo reaberto no dia 9 de fevereiro já em pleno.

Numa breve visita às instalações, eram bem visíveis em muitas paredes tanto do jardim-de-infância, como na ERPI, manchas de humidade, sendo que a secretaria da instituição ficou praticamente inoperacional, devido à chuva que entrou no edifício, que ficou parcialmente

destelhado.

A eletricidade chegou passados 10 dias, mas também as comunicações ficaram em baixo.

“As antenas voaram, não havia internet, não havia nada. Entretanto, conseguimos chamar um senhor ‘engenhocas’ que lá mexeu e conseguimos ter os quatro canais, mas a MEO desapareceu do mapa”, constata Joaquim Guarda, lembrando que a instituição teve de adquirir um kit Starlink “para ter internet”.

Quanto a custos, o diretor executivo alega não ter muitas condições para fazer uma estimativa, até pela variabilidade do preço dos materiais e não só, mas a instituição já pediu um orçamento a uma empresa para reparar devidamente os telhados e demais estragos.

“Nós temos seguro, tanto para a creche como para o edifício do lar... Agora, é preciso fazer uma intervenção de fundo nos telhados, repor caleiras, também já repusemos as luminárias que ficaram inutilizadas. Só em estores, na parte da infância, são 480 euros. Não sei ao certo, mas estamos a falar de dezenas de milhares de euros necessários para compor as coisas”, sustenta, salvaguardando que a instituição vai “candidatar-se aos apoios do Estado”.

“A instituição tem seguro de multirriscos, mas sabemos que o seguro nem sempre cobre os custos reais, portanto, se tivermos o apoio do Estado para o restante tanto melhor”, defende, alertando que, caso contrário, a sustentabilidade financeira do Centro Social pode ficar em risco: “Se faltar o seguro, se faltar o apoio do Estado, não tenho dúvidas que a sustentabilidade da instituição fica em causa. Nós não temos a disponibilidade de tesouraria para fazer face a este custo, apesar de ainda não saber qual é em concreto. É preciso não esquecer que já aumentámos os trabalhadores em janeiro por via do aumento do salário mínimo nacional, pelo que estamos na expectativa do que será a atualização do acordo de cooperação. No entanto, já



adiantámos o dinheiro! Agora, imagine-se mais esta situação que tem custos muito elevados”.

No meio da desgraça, a solidariedade emergiu e a instituição sentiu-a diretamente.

“Sentimo-nos sempre apoiados, aliás, logo no dia seguinte veio cá um técnico da Segurança Social a querer saber a dimensão do impacto da tempestade e que medidas tínhamos tomado”, revela, considerando que o Centro Distrital “estive bem com a instituição, tal como a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, porque o que foi preciso fazer-se no dia 28, fez-se, o que foi preciso fazer-se no dia 29, fez-se, para que se retomasse o mínimo de funcionalidade”.

Mas a solidariedade não surgiu apenas das entidades públicas, também muitos cidadãos e outras instituições se mostraram abnegadas no

apoio ao Centro Social.

“Houve uma onda de voluntariado. Muitas pessoas que aqui apareceram sem sabermos de onde, sem dizer o nome e apenas perguntavam o que é que as pessoas precisavam. E desde irem para cima dos telhados, limpar as estradas ou apanhar os cacos de telha caídos pelo chão fizeram de tudo. Sim, o país apareceu. Pessoas de todo o lado, do Algarve, do Alentejo, de Guimarães, do Porto, de Braga, equipas completas de empresas. Apareceu muita gente para ajudar”, diz, emocionado, Joaquim Guarda, que revela ainda que o custo com o funcionamento do gerador foi amenizado pelo donativo financeiro da Fundação Mário da Cunha Brito, de Penacova, e ainda um outro Fundação Caixa de Crédito Agrícola, de Leiria.

PEDRO VASCO OLIVEIRA

IPSS JÁ RETOMARAM ATIVIDADE NORMAL APÓS A TEMPESTADE

O pior já passou, agora é fazer a

Pouco mais de um mês depois da depressão Kristin e suas sucedâneas assolarem Portugal, em especial a Zona Centro, a devastação ainda é bastante palpável e os estragos provocados, se bem que remendados, muitos ainda estão por solucionar.

O clima agreste deu algumas tréguas, mas... Os estragos provocados pelos ventos fortes e pela chuva intensa que caiu nos dias seguintes abriu feridas nos equipamentos das IPSS, que ainda agora vão revelando a sua dolorosas. Ou seja, os ventos já passaram, a chuva intensa também, mas agora surgem as infiltrações provocadas revelam-se na humidade que escurece as paredes das instituições.

“O pior já passou, agora é fazer contas aos custos que a tempestade provocou, em especial, nas instituições mais afetadas”, argumenta Luís Jacob, presidente da UDIPSS Santarém.

Por seu turno, Carla Verdasca, que lidera a União Distrital de Leiria, sublinha que, “como dizem os municípios, tivemos que avançar com o dinheiro e, agora, temos as contas para pagar”.

Por isso é que Gil Tavares presidente da UDIPSS Coimbra considera importante que “sejam disponibilizados os apoios às instituições”.

Passada(s) a(s) tempestade(s), a bonança ainda não chegou às zonas mais afetadas pelo chamado ‘comboio de tempestades’ e, naturalmente, às IPSS afetadas, algumas com graves prejuízos nos seus equipamentos.

As instituições já retomaram na plenitude a sua atividade, apesar de, em alguns casos, de forma condicionada, porque às zonas das suas instalações que ainda sofrem com as consequências dos estragos provocados pela Kristin, em especial com a destruição de telhados. As infiltrações começam a revelar-se, com paredes a ganharem manchas escuras e o cheiro a mofo a tomar conta do ambiente, o que tem obrigado a vagar algumas zonas das instituições, como quartos de utentes e não só.

Por outro lado, houve uma grande razia nos painéis solares e diversos estragos em viaturas das IPSS devido à queda de árvores e de destroços, para além da destruição de espaços exteriores, seja de jardins, seja de parques infantis.

“O problema que se mantém é a nível dos arranjos das infraestruturas. Fizeram-se aqueles arranjos iniciais, mas agora começam a surgir as infiltrações, a humidade nos quartos e noutras zonas das instituições. E estas reparações necessárias ainda estão em fase de resolução”, afirma Carla Verdasca, que acrescenta: “Eletricidade e água já há, mas houve gastos com isso e as instituições vão ter contas de

valores elevados com o gasóleo para os geradores e outras situações”.

Os três presidentes das Uniãos Distritais de Leiria, Santarém e Coimbra são unânimes em considerar que as tempestades provocaram custos elevados, esperando que os apoios sejam céleres a chegar às instituições.

“O pior já passou, agora é fazer contas aos custos que a tempestade provocou, em especial, nas instituições mais afetadas”, defende Luís Jacob, revelando que “a União Distrital enviou um pedido de informação às instituições para que reportassem os custos estimados com os estragos”, mas ainda não tem resultados.

“O mais importante é que todas já estão em atividade e muitas já a recorrer aos apoios da Segurança Social. Temos passado essa informação às instituições e sabemos também que têm sido acompanhadas pelo Montepio, o banco com que trabalhamos, para apoio à tesouraria”, avança o presidente da UDIPSS Santarém.

Neste particular, a União Distrital de Coimbra vai mais adiantada no processo de reportar a situação das suas associadas, tendo já contactado diversas entidades.

“A UDIPSS fez um levantamento das instituições afetadas pela depressão Kristin e apresentou essa relação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e também à Segurança Social de Coimbra”, afirma Gil Tavares, revelando já terem contactado a diretora da Centro Distrital “que deu uma esperança em ajudar as instituições afetadas”.

No distrito de Leiria esse processo de levantamento dos custos está mais atrasado, mas também ainda há diversos constrangimentos a nível de comunicações.

Carla Verdasca adianta que “ainda há instituições que não têm comunicações, o telemóvel ainda funciona, mas a internet não”. E algumas só têm comunicações porque adquiriram um kit Starlink, uma vez que há operadoras que ainda não conseguiram restabelecer o serviço.

Apesar da devastação provocada pelas tempestades, uma vez mais, o espírito solidário dos portugueses veio ao de cima e, desde o cidadão anónimo até às instituições, a ajuda surgiu de forma natural, tendo sido decisiva para mitigar os problemas.

A onda de solidariedade foi grande e, logo no fim-de-semana seguinte à passagem da depressão Kristin, grupos de voluntários, oriundos de todo o país, deitaram mãos à obra nas zonas mais afetadas, ajudando a remendar telhados, limpando as vias de acesso, que em muito locais ficaram completamente



bloqueadas por árvores caídas. No distrito de Leiria fala-se em quase 10 milhões de árvores afetadas.

Mas também a ajuda interinstitucional se fez sentir, com muitas IPSS a apoiarem como podiam as suas congéneres afetadas.

Em Coimbra, que primeiro sofreu com a Kristin e depois viu o Mondego transbordar as margens, foi necessário evacuar três lares de idosos, tendo os utentes sido levados, na sua maioria, para o Pavilhão Mário Mexia, devidamente apetrechado, mas com camas de campanha!

“A União Distrital, juntamente com outras entidades, conseguiu arranjar uma série de camas articuladas para que os idosos acamados não tivessem que estar nas camas de campanha disponibilizada pela Proteção Civil”, conta Gil Tavares, frisando que “a situação já está normalizada, os idosos das três instituições já regressaram, até porque a evacuação dos equipamentos foi uma ação preventiva do que por inundação das instalações”.

Por seu turno, a Cáritas Diocesana de Leiria, a meio do mês de fevereiro, já havia angariado através do Fundo de Emergência Social

para as vítimas da tempestade Kristin mais de 1,6 milhões de euros e a mobilização de mais de 300 voluntários na resposta no terreno.

Segundo uma nota à imprensa, a instituição considera que o valor angariado reflete a “solidariedade contínua da sociedade portuguesa”.

Ciente de que a fase “mais prolongada e exigente” focada na reconstrução está ainda no início, “a Cáritas Diocesana de Leiria reafirma o seu compromisso de continuar presente no terreno, acompanhando as comunidades e mobilizando recursos, com responsabilidade e transparência, para que nenhuma família fique para trás”, conclui a nota.

Outro exemplo de solidariedade, entre os muitos, foi o da APSA - Associação de Promoção Social de Alhandra, que promoveu uma ação solidária no âmbito da campanha «Somos todos Leiria e Marinha Grande», tendo angariado bens e mobilizado voluntários para apoiar populações em situação de maior vulnerabilidade.

A iniciativa resultou no envio de três carlinhas carregadas de donativos, que passaram por Vieira de Leiria, Marinha Grande, Ortigosa e Arruda dos Vinhos.

As contas aos danos e reconstruir



que juntos podemos mudar realidades. O que para alguns parece pouco, para outros pode significar conforto, dignidade e a certeza de que não estão sozinhos”.

Pela frente, agora, as instituições afetadas têm a reconstrução das áreas afetadas pelo que os apoios anunciados são essenciais.

A União Distrital de Leiria, com o apoio da UDIPSS Porto, realizou uma sessão explicativa dos apoios disponibilizados pelo Estado e da forma de lhes poder aceder.

“O feedback que tive da ação de formação dada pela UDIPSS Porto é que foi muito importante, porém, o feedback que tenho agora é que as candidaturas são muito complicadas”, lamenta Carla Verdasca, acrescentando: “O que está disponível já se percebeu, mas formalizar a candidatura, arranjar os documentos necessários e elaborar as candidaturas tem sido uma carga de trabalhos”.

Por outro lado, a Segurança Social de Leiria tem reunido em alguns concelhos com as instituições no sentido de explicar a forma de aceder aos apoios.

“Algumas instituições têm seguros e não vão candidatar-se aos apoios do Estado, mas isto é um processo que leva tempo. No entanto, não se pode ficar com o telhado por arranjar só porque a seguradora ainda não respondeu”, alerta Carla Verdasca.

O futuro próximo em muitas instituições ainda será de constrangimentos, mas a esperança de todos é que os apoios cheguem depressa e que seja possível reparar os danos em definitivo para que as comunicações voltem e as espumas e lonas que remendam os telhados sejam removidas e as coberturas reparadas devidamente, tal como demais estruturas.

PEDRO VASCO OLIVEIRA



“Solidariedade é quando o coração decide agir antes mesmo das palavras. A nossa campanha nasce do desejo simples e poderoso de cuidar uns dos outros, de transformar empatia em atitude e esperança em ação concreta”, considerou, em nota à imprensa, a direção da APSA, onde se lê ainda: “Cada gesto conta. Cada doação, cada olhar atento é uma prova de

CHEIAS EM COIMBRA

Presidente da CNIS levou palavra de conforto aos idosos dos lares evacuados

O presidente da CNIS visitou o Pavilhão Mário Mexia, em Coimbra, para onde foram levados 83 utentes de três lares de terceira idade evacuados, na sequência das inundações provocadas pelo rio Mondego, no decurso desta semana.

O padre Lino Maia inteirou-se da situação e da forma como os utentes dos lares estão a ser cuidados e levou uma palavra de solidariedade aos muitos idosos ali instalados provisoriamente.

Nessa mesma tarde, o Presidente da República, Marcelo

Rebello de Sousa, o primeiro-ministro, Luís Montenegro, e a ministra do Ambiente, Maria da Graça Carvalho, também visitaram o pavilhão Mário Mexia, acompanhados pela presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Ana Abrunhosa, associando-se à celebração do 103º aniversário de uma das utentes ali acolhida.

Os utentes são oriundos de três lares do concelho de Coimbra, a saber: Centro Social de São João, Lar Graça de São Filipe e Casa do Juiz.



ASSOCIAÇÃO BAGOS D'OURO, PORTO

Mais de 40 crianças e jovens ganharam um lugar de estudo

No final de 2025, a Associação Bagos D'Ouro partilhou a preocupação por mais de 40 crianças e jovens no Douro não terem, em casa, um espaço dedicado ao estudo.

No sentido de colmatar essa falta, a Bagos D'Ouro lançou o desafio à comunidade e aos parceiros da Associação e “a resposta foi extraordinária”.

“Em tempo recorde, conseguimos angariar e montar 47 espaços de estudo, dedicados ao percurso educativo de 47 crianças e jovens Bagos D'Ouro, do pré-escolar ao ensino superior”, revela a instituição, numa nota enviada ao Solidariedade.

Com o apoio de 10 empresas e a ajuda de 34 voluntários, foram angariadas e montadas 47 secretárias, 52 cadeiras, 25 prateleiras/estantes, 74 candeeiros com iluminação adequada, 17 módulos de armário para as secretárias e cinco mesas de pré-escolar, com as respetivas cadeiras.

“Estes espaços são agora lugares onde a concentração é possível e o esforço escolar ganha uma nova motivação”, sustenta a instituição, deixando “um enorme agradecimento à comunidade Bagos D'Ouro, em especial a todos os parceiros que se juntaram para tornar esta campanha possível”.

Com esta intervenção, a Bagos D'Ouro

garante que, ao chegarem a casa, as crianças e jovens têm um lugar dedicado ao seu percurso educativo.

Por outro lado, com o novo ano, a Associação começou com fins-de-semana cheios de atividades artísticas, com os Mitos e Lendas, desta vez nos concelhos de Murça, Alijó, Tabuaço e São João da Pesqueira.

Recorrendo a várias técnicas de pintura e recorte, nestas atividades transforma-se os mitos e lendas do Douro em ilustrações novas.

“O desafio é fazer um inventário das tradições orais da região, mas sem ficarem esquecidas na gaveta. Queremos garantir que estas histórias não se perdem no tempo! E como é que vamos fazer isso? Dando-lhes cor”, explica a instituição.

Trata-se do projeto FazParte deste Som, que pretende combater a exclusão social de crianças e jovens da sub-região do Douro, através de atividades de expressão artística inclusivas e criativas, apostando no desenvolvimento integral do indivíduo. O campo de ação são as expressões Plástica, Musical, Sonora e Oral.

O projeto, mediado por agentes sociais e culturais, implementa ações co construídas e colaborativas, para crianças e jovens, famílias e comunidade geral (incluindo



crianças e jovens com deficiência), todos provenientes de contextos de carência económica e falta de oportunidades educativas e culturais. O projeto tem três eixos de intervenção: 1. Exploração da natureza e património – Venho

daqui. Conheço o meu contexto. Sei para onde vou; 2. Uma rua tua, minha = Nossa – Intervenções em espaço partilhado (público); 3. Os sons ilustrados – Programas de ilustração e desenho.

A VOZ DO OPERÁRIO, LISBOA

Homenagem a Maria João Luís na celebração do 143º aniversário

A Voz do Operário celebrou, no seu Salão de Festas, o 143º aniversário, com uma festa repleta de alegria, animação e uma sentida homenagem à atriz Maria João Luís, distinguida como Sócia Honorária d'A Voz do Operário, que terminou o seu discurso com uma afirmação de enorme força: “Quero ser feliz agora!”.

A Voz do Operário assinalou mais de 14 décadas de “uma vida plena de êxito, de defesa dos direitos dos trabalhadores, pugnando pela sua dignificação e elevação social, educativa e cultural, com uma história de serviço aos seus sócios e comunidade”, lê-se na informação disponibilizada nas redes sociais.

“O projeto que, então, inspirou os operários tabaqueiros forjou-se em ideais que hoje seguem sendo a base do nosso trabalho diário. Seguiremos!”, sustentam os responsáveis pela instituição.

E este ano a festa foi ainda mais colorida e animada porque se misturou com o Carnaval!

Na comemoração do 143º aniversário, A Voz do Operário homenageou, tal como é habitual, uma personalidade de mérito reconhecido, tendo este ano a Direção decidido distinguir a artista e encenadora Maria João Luís, “grande humanista, que associa a sua atividade artística à defesa dos direitos fundamentais e dos valores da liberdade, da democracia e da paz”.

Maria João Luís é uma das mais reconhecidas e versáteis atrizes



portuguesas da sua geração, com uma carreira marcada por uma presença constante nas artes do espetáculo, designadamente no teatro, cinema e televisão.

A cerimónia, que foi animada por diversos grupos de utentes da instituição, contou com a presença de diversas personalidades e representantes de entidades públicas e privadas, entre eles o presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, José Carlos Batalha.

APPACDM GAIA Concluída a implementação do projeto de eficiência energética

A APPACDM Gaia concluiu a execução da empreitada de «Eficiência Energética do Centro de Madre de Deus», com candidatura aprovada no Fundo Ambiental (Plano de Recuperação e Resiliência - PRR), com a designação «APPACDM Gaia + Eficiente», destinada a instalar painéis solares fotovoltaicos para autoconsumo, bombas de calor, sistema de climatização do tipo VRF (Ar Condicionado) e proceder à substituição das luminárias.

Com a implementação deste projeto a instituições tornou o edifício energeticamente mais eficiente, designadamente, na melhoria dos níveis de conforto e bem-estar dos utentes e colaboradores, na melhoria da qualidade do ar interior e na redução dos custos com energia.

O Fundo Ambiental financia 75% da despesa elegível, em que o investimento sujeito a candidatura rondou cerca de 200.000€.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhorar a qualidade dos seus serviços e aumentar a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em outsourcing.



EDITAÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS



SERVÍCIOS PLATEIAÇÃO



RETRATOS E IDENTIFICAÇÃO



RESTAURAÇÃO FOTOGRÁFICA E CRIAÇÃO DE EVENTOS



RENDIMENTO



SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO AUDIOVISUAL



SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ELÉTRICA



IMAGEM



DESENVOLVIMENTO E INICIATIVAS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

WWW.TRIVALOR.PT

UNIDADE OPERATIVA TRIVALOR-SCS-GR

ROSA DA CARVALHAL 20- 2705-070 CARVALHAL
1545-200-0000 / 200-000000
FAX: 200-000000 / 200-000-000
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

APROVADO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA

Os deveres do Estado na proteção dos mais velhos

O Estatuto da Pessoa Idosa aprovado em janeiro no parlamento e que elenca os deveres do Estado para desenvolver políticas públicas de saúde e de proteção social dos idosos foi publicado em Diário da República.

O estatuto prevê, entre várias garantias, que o Estado deve criar novas respostas que permitam a permanência dos idosos nas suas residências pelo maior tempo possível de forma a evitar ou a retardar a sua institucionalização.

Devem ser “impulsionados serviços de apoio ao domicílio de qualidade, diversificados e personalizados, que articulem a prestação de cuidados médicos e de enfermagem, psicologia, fisioterapia, estimulação cognitiva, sensorial e motora, bem como o apoio à atividade quotidiana”, refere o texto.

O Estado deve acautelar o aumento da capacidade das respostas sociais dirigidas aos idosos e “alargar o apoio do Estado aos utentes, de forma a beneficiarem do setor privado sempre que a rede pública

ou social não dê resposta”.

Esta lei define que o idoso portador de doença incurável ou grave, em fase avançada e progressiva, tem o direito a receber cuidados paliativos adequados.

A pessoa idosa deve ser “protegida contra qualquer forma de negligência, discriminação, violência, opressão ou abandono”, refere o estatuto que indica que o Estado tem de adotar medidas de prevenção e combate a todas as formas de violência contra a pessoa idosa.

É considerada violência “qualquer ação ou omissão, única ou repetida, intencional ou não, cometida contra uma pessoa idosa e que atente contra a sua vida, integridade física, psíquica, sexual, segurança económica ou liberdade ou que comprometa o desenvolvimento da sua personalidade”.

As pessoas idosas têm o direito a ser informadas sobre a sua condição de saúde e sobre os tratamentos possíveis e que o Estado garante o acesso a medicamentos à pessoa

D.R.



idosa em situação de carência económica, garante a lei.

Quanto à habitação, a pessoa idosa tem direito a uma habitação condigna, adequada às suas necessidades e condições de vida, tendo em conta o Programa Nacional de

Habitação e não pode ser discriminada no acesso ao arrendamento devido à idade.

Este estatuto considera idosa qualquer pessoa com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice e aplica-se às

instituições privadas de solidariedade social ou equiparadas, bem como a todos os estabelecimentos de natureza pública ou privada que, em virtude da sua função, apoiam, acolhem e cuidam de pessoas idosas, refere a lei.

PORTAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Vítimas de violência doméstica continuam a aumentar

Vinte e cinco pessoas morreram no ano passado vítimas de violência doméstica, o que torna 2025 o ano com mais homicídios nesse contexto desde 2022.

De acordo com os números do Portal da Violência Doméstica, da responsabilidade da Comissão para a Igualdade e Cidadania (CIG), onze pessoas - dez mulheres e uma criança - morreram no último semestre do ano, somando-se às onze mulheres, dois homens e uma criança que tinham perdido a vida no primeiro semestre.

Em 2024 tinham morrido 22 pessoas vítimas de homicídio voluntário em contexto de violência doméstica, o mesmo número registado em 2023.

O ano de 2025 é por isso o ano com mais homicídios voluntários em contexto de violência doméstica desde 2022, ano em que foram registadas 28 mortes.

Ao longo do ano de 2025, a PSP e a GNR registaram 29.778 ocorrências relacionadas com violência doméstica, ligeiramente abaixo do ano anterior (29.885).

No final de 2025 havia 1.560 reclusos nas prisões por violência doméstica, dos

quais 1.184 em prisão efetiva e 376 em prisão preventiva, acima dos números registados no final do ano anterior (1.358 reclusos, dos quais 1.019 em prisão efetiva e 339 em prisão preventiva).

Havia ainda, no final do ano passado, 1.351 suspeitos com medidas de coação em vigor no âmbito do crime de violência doméstica, mais do que os 1.236 do ano anterior.

Também o número de pessoas integradas em programas para agressores aumentou de 2.788 no final de 2024 para 3.112 no final de 2025.

No que refere às medidas de apoio às vítimas de violência doméstica, havia 6.100 pessoas com medida de teleassistência no final de 2025, menos 424 do que no final do ano anterior.

Na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica estavam acolhidas 1.349 pessoas no final do ano, entre as quais 705 mulheres, 623 crianças e 21 homens.

No final do ano anterior eram 1.420 pessoas no total, incluindo 727 mulheres, 669 crianças e 24 homens.

D.R.



Opinião

Henrique Rodrigues

Presidente do Centro Social de Ermesinde



“A mudança tranquila”

1 – Escrevo esta crónica no dia em que António José Seguro tomou posse como Presidente da República.

Parece-me, pois, adequado começar por saudar o novo Presidente e desejar que o mandato lhe seja propício.

O seu sucesso será o nosso sucesso; e, mais importante, o sucesso de Portugal.

Segundo o juízo dominante entre os analistas, e o dele próprio, a escolha de António José Seguro representou a vitória da moderação, isto é, do espaço ideológico central do sistema político, por oposição às candidaturas consideradas “radicais”, representativas dos extremos do espectro político-partidário – e que, nas recentes eleições, se traduziam nas candidaturas de André Ventura, do lado da direita, e de António Filipe e Catarina Martins, à esquerda.

Já quando, em 1995, António Guterres foi eleito Primeiro-Ministro, sucedendo a Cavaco Silva, a sua campanha tinha como lema “António Guterres, a mudança tranquila”, invocando a moderação da transição proposta como susceptível de arrastar a maioria para o voto na mudança – como sucedeu.

Na verdade, as democracias estabilizadas dão-se bem com o sossego, com a moderação, com a tranquilidade, com a previsibilidade – e com a possibilidade, que esse ambiente comporta, de ir melhorando, passo-a-passo, a vida, a saúde, os rendimentos e o bem-estar dos cidadãos.

Nessa medida, a evolução da situação social e política de Portugal, desde 1976, ano da aprovação da Constituição de Abril, até aos dias de hoje, é exemplar desse cenário.

Por muito que haja quem não o queira ver e teime em enfatizar alguns aspectos negativos do nosso viver comum, como se fossem o todo, o certo é que a generalidade dos portugueses vive hoje muito melhor do que vivia em 1974.

(Dir-se-á que essa melhoria poderia ser mais nítida, a um ritmo mais rápido – e sobretudo mais justa na distribuição os recursos comuns.

E isso é verdade!

Mas essa constatação apenas

legítima pregar de quando em vez um susto aos Governos de turno, para apressarem o ritmo das mudanças; mas sem perturbar o modelo que nos tem servido de moldura nos últimos 51 anos.

Na verdade, a melhoria tranquila é boa como forma de evolução numa sociedade de democracia estabilizada, como é a nossa.

Porém, essa tranquilidade não dispensa a necessidade de rupturas que inaugurem um tempo novo; como quando é necessário derrubar uma ditadura, como ficámos a dever aos militares de Abril.

2 – As intervenções de António José Seguro, quer durante a campanha eleitoral, quer no discurso de posse como Presidente da República, sugerem uma magistratura moderada, de baixa intensidade, na esteira da linguagem da campanha – um verdadeiro poder moderador, como ensina a doutrina constitucional.

Veremos ...!

Diz-nos a tradição da experiência desta 3ª República que a coexistência de dois órgãos de soberania, ambos dotados da legitimidade reforçada conferida pelo voto universal dos cidadãos, como é o caso do Presidente da República e do Governo, implica necessariamente uma tensão entre ambos, com conflitos de competências, claras ou ocultas.

Tal possibilidade é porventura mais intensa quando os titulares desses órgãos forem provenientes de áreas político-partidárias diversas, como é o caso actual.

Mas a identidade dos lugares ideológicos de origem não é sinónimo de harmonia.

Basta pensar em Cavaco Silva e Pedro Passos Coelho, e nos limites que o então Presidente da República colocou, através do Tribunal Constitucional, às medidas de corte nos salários e pensões determinadas pelo então Primeiro-Ministro, durante o Governo da troika.

Ou mesmo em Marcelo Rebelo

de Sousa e Luís Montenegro, no primeiro mandato deste ...

3 – Já na crónica que escrevi no “Solidariedade”, no mês passado, anotei a mágoa pelo facto de António José Seguro, um verdadeiro rural, e regionalista encartado, não ter incluído a regionalização administrativa do território nacional na sua agenda eleitoral.

Por ocasião da sua tomada de posse, ao vê-lo prestar o respectivo juramento, perante um exemplar do texto original da Constituição de 1976, ainda esperei que o novo Presidente colmatasse essa omissão.

No entanto, no discurso de posse, nada adiantou nesse sentido.

Trocou a regionalização pela descentralização. Como o fez António Costa; e como o faz Luís Montenegro.

Entretanto, José Luís Carneiro, no seu programa de candidatura a Secretário-Geral do PS, veio introduzir na agenda imediata a questão

do novo referendo à regionalização.

Claro que pode acontecer repetir-se o padrão dos últimos 30 anos: estando na oposição, o PS defende a regionalização; desistindo dessa ambição quando acede novamente ao poder, para a retomar em tempo de nova cura de oposição:

E, no habitual mimetismo, o PSD faz o mesmo: inscreve a regionalização no programa, quando está na oposição; e esquece-se, quando regressa ao poder.

Rui Rio, anti-regionalista convicto, converteu-se ao cumprimento dessa vinculação constitucional após a sua experiência como Presidente da Câmara do Porto; e o seu actual sucessor na liderança do Município do Porto, Pedro Duarte, já admite retomar a questão do referendo.

A oposição de Marcelo Rebelo de Sousa, como em seu tempo invocou António Costa, já não é impedimento.

Falta só o Presidente da República recordar as suas convicções.





**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30

Manuais Representantes

19

Manuais Produtores

5.800

Produtos e Serviços

4.800.000

€ por ano

120.000

Terminados mais
de 120.000 km de obra
qualificada

175 M €

Construções

100%

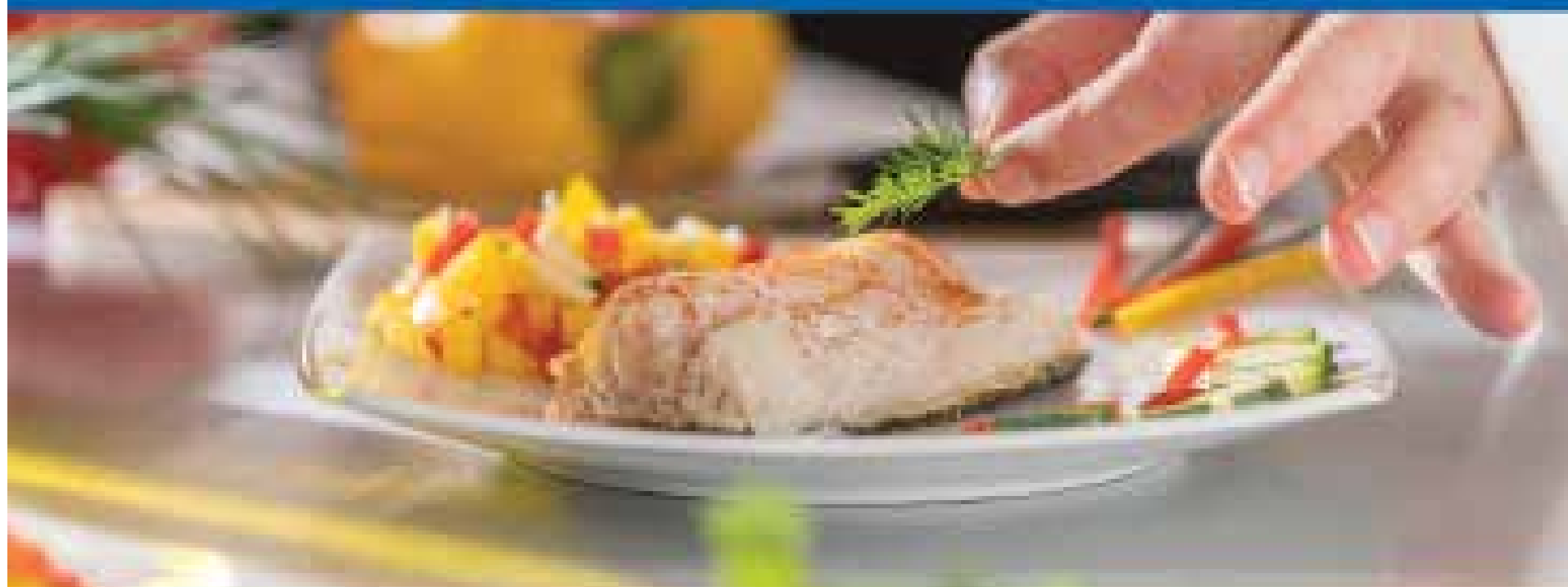
Cobertura Nacional
e áreas internacionais. Agendas
e integração com a Armada,
AGS, Comércio e Indústria.

+24.000

Plataformas administrativas
e de gestão de recursos

8

Plataformas Logísticas
Lisboa, Porto, Braga,
Coimbra, Alentejo, Algarve,
São Miguel e Terceira
e Madeira



LISBOA: 215 001 888
ALGARVE: 301 404 001
PORTO: 301 404 001

COVILHÃ: 215 000 400
VISEU: 301 404 001
MADEIRA: 215 000 400

SÃO MIGUEL: 215 000 400
TERCEIRA: 215 000 400
www.sogemave.pt



soluções para o
comércio
e indústria
e para o
comércio

TRIVIA LOR
FABRIL

ESTUDOS «RETRATOS DO SAD» E «VALOR 2024» ESTARÃO EM DISCUSSÃO

UDIPSS Porto promove «Perspetivas 2025» para apresentar e discutir dois estudos

A UDIPSS Porto vai realizar no próximo dia 26 de março, na Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, o evento «Perspetivas 2025», com o propósito de apresentar e discutir os estudos «Retratos do SAD - a perspetiva das pessoas» e «Valor 2024 - Relato das IPSS do Porto».

O estudo «Retratos do SAD - a perspetiva das pessoas», em que participaram 113 instituições associadas da União Distrital, visa diagnosticar o estado atual do Serviço de Apoio Domiciliário no distrito do Porto, analisando a sua adequabilidade às necessidades do público-alvo.

Já o «Valor 2024 - Relato das IPSS do Porto» advém da prestação de contas das IPSS e surge da necessidade de relatar a realidade financeira do Sector Social distrital.

«Perspetivas 2025» vai decorrer das 14h00 às 17h00 e tem o seguinte programa:

- 14h00 - 14h30: Receção aos participantes;
- 14h30 - 15h00: Sessão de abertura;
- 15h00 - 15h45: Apresentação do estudo «Retratos do SAD - a perspetiva das pessoas»;
- 15h45 - 16h15: Apresentação do estudo «Valor 2024 - relato das IPSS do Porto»;
- 16h15 - 16h30: Encerramento;
- 16h30 - 17h00: Lanche.



UDIPSS-PORTO

PERSPETIVAS 2025

26 MARÇO 26 14H00 - 17H00

FUNDAÇÃO ANTÓNIO CUPERTINO DE MIRANDA

ASSISTÊNCIA SOCIAL ADVENTISTA

LAPI Madeira quer ampliar instalações para melhorar os serviços

A Delegação Regional da Madeira da Assistência Social Adventista (ASA), designada por LAPI Madeira, tem planos para ampliar o espaço físico da instituição, melhorando, assim, os recursos tanto para os utentes como para todos os que ali trabalham.

O projeto passa por criar instalações mais modernas e funcionais, gerando novos espaços de convívio, áreas de terapia e um gabinete de saúde e bem-estar.

“O projeto de ampliação reflete o compromisso contínuo da Direção em inovar e melhorar os seus serviços. A pretensão é criar instalações mais modernas e funcionais, potencialmente incluindo novos espaços de convívio, áreas de terapia e o já planeado gabinete de saúde e bem-estar, sempre com o foco em proporcionar um ambiente ainda mais acolhedor, seguro e estimulante para os seus utentes”, lê-se na nota enviada à Comunicação Social.

Atualmente, a LAPI Madeira, em São Roque, integra uma ERPI com capacidade para 16 residentes e um Centro de Dia para 25 utentes.

O anúncio da intenção de ampliara as instalações foi feito durante uma visita da secretária Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude, Paula Margarido, que reconheceu a importância do trabalho desenvolvido pela instituição: “É com grande admiração que testemunhamos o espírito pró-ativo e a dedicação exemplar do Lar Adventista, uma instituição com mais de 20 anos de experiência ao serviço da população sénior da nossa Região. Este plano de ampliação é mais uma prova do seu compromisso inabalável com a qualidade de vida dos nossos idosos, antecipando necessidades e procurando sempre as melhores respostas. É um parceiro social de valor inestimável”.

CENTRO SOCIAL DE CALENDÁRIO, V.N. FAMALICÃO

Creche Casa dos Sorrisos duplica capacidade para 88 crianças

Dia 13 de fevereiro não foi de azar para o Centro Social de Calendário, uma vez que foi nessa data que a instituição de Vila Nova de Famalicão duplicou a sua capacidade de resposta em Creche.

Com a abertura oficial de três novas salas, com 44 novos lugares, a creche Casa dos Sorrisos passa a acolher 88 crianças, agora, em seis salas.

Patrocinado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, o investimento ultrapassou os 300 mil euros, tendo ainda contado com a comparticipação de 75 mil euros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

A inauguração contou com a presença de diversas personalidades, mas não só, entre outros, do presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Mário Passos, do Arcebispo Primaz de Braga, D. José Cordeiro, do

diretor do Centro Distrital da Segurança Social, João Ferreira, do presidente do Centro Social de Calendário, padre Jorge Ferreira, e do presidente da União de Freguesias de Famalicão e Calendário, Ricardo Mendes.

“Esta é mais uma resposta concreta às necessidades atuais, num contexto de crescente procura na área da primeira infância”, sublinhou Mário Passos na cerimónia, garantindo uma particular atenção à criação de novas vagas, no sentido de “dar ainda mais apoio às famílias famalicenses”.

O Centro Social de Calendário, na área da infância, acolhe 271 crianças nas respostas sociais de creche, pré-escolar e ATL e, na área sénior, apoia 57 pessoas no Serviço de Apoio Domiciliário e acolhe 30 idosos em Centro de Dia e mais 63 na Estrutura Residencial Para Idosos.

FICHA TÉCNICA



**Confederação Nacional
das Instituições de
Solidariedade**

Propriedade:

CNIS (Confederação Nacional
das Instituições de Solidariedade)
- Rua da Reboleira, 47 - 4050-492
Porto - NIF: 501 146 253

Telefone: 22 606 86 14

Fax: 22 600 17 74

e-mail:
jornal.solidariedade@gmail.com

Sede de Redação e de Editor: Rua
da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto

Diretor: Padre Lino Maia

Diretor-Adjunto:

Padre José Baptista

Editor: V.M. Pinto

Redação: Milene Câmara, Pedro
Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira

Colaboradores: Eugénio Fonseca,
Henrique Rodrigues, José
Figueiredo e Paulo Pedrosa

Estatuto Editorial:

[http://www.solidariedade.pt/site/
mostrapdf/13446](http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446)

Impressão:

Unipress - R. Anselmo Braancamp,
220 - Granja 4410-359 Arcozelo -
Vila Nova de Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares

Depósito Legal n.º 11753/86,
ICS-111333

Mais de um milhão de pessoas em situação de privação material e social

A prevalência de situações extremas de exclusão é estruturalmente elevada em Portugal, alerta a Cáritas Portuguesa, segundo a qual a evolução favorável dos últimos anos tem sido “demasiado lenta”, com casos de retrocesso.

No seu mais recente relatório sobre Pobreza e Exclusão Social, a Cáritas salienta, tendo por base dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), que em 2025 mais de um milhão de pessoas vivia em situação de privação material e social, “das quais cerca de 460 mil em privação severa”.

“Cerca de 200 mil pessoas não tinham capacidade económica para ter uma alimentação adequada, cerca de 600 mil não tinham capacidade para comprar roupa nova, quase um milhão não tinha meios para gastar uma pequena quantia consigo e mais de 1,6 milhões não conseguia manter a casa devidamente aquecida”, refere a organização católica de apoio social no relatório.

Apesar de admitir que “nos últimos anos, tem havido alguma evolução favorável nestes indicadores, mas demasiado lenta”, a Cáritas salienta que em casos de “exclusão mais profunda” tem-se registado um retrocesso, dando como exemplo o número de pessoas a viver em situação de sem-abrigo, “que mais do que duplicou entre 2019 e 2024”.

O relatório indica que, no global, todos os indicadores apontam para “algum progresso na luta contra a pobreza nos últimos anos, embora a um ritmo muito inferior ao observado nos anos anteriores à pandemia”, mas defende, por outro lado, que é preciso “desconstruir a ideia muitas vezes repetida de que o número de pobres em Portugal se mantém inamovível em torno de dois milhões [de pessoas]”.

“É verdade que em 2025 o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social se situava em cerca de dois milhões, mas esse número ascendia a 2,7 milhões em 2015”, alerta, defendendo que “é importante ser transparente nos conceitos” no momento da análise.

A Cáritas Portuguesa defende que o combate à pobreza infantil tem sido “muito insuficiente”, apontando que Portugal permanece um dos países europeus com menos transferências sociais para a redução do risco de pobreza nas crianças.

Para esta organização católica, “um traço muito importante do progresso lento da luta contra a pobreza é o observado nas crianças”, apontando que o investimento da sociedade tem sido “muito insuficiente” quando se trata de combater a pobreza infantil.

“Por um lado, a taxa de risco de pobreza nas crianças em 2024 (17,6%) situava-se acima da média do conjunto da população (15,4%) e muito longe do objetivo de 10% da Estratégia Nacional



de Combate à Pobreza. Por outro lado, a taxa de privação material específica das crianças situava-se em 15,1%, um valor acima da média europeia e do registado em 2021”, lê-se no mais recente relatório sobre “Pobreza e Exclusão Social em Portugal”.

A Cáritas Portuguesa alerta para situações de pobreza e exclusão que escapam às estatísticas

oficiais, como nas pessoas sem-abrigo e reclusos, defendendo “especial atenção e cuidado” perante o aumento de imigrantes em contexto de exclusão.

Neste relatório sobre Pobreza e Exclusão Social, a Cáritas salienta que “há vários segmentos da população que são particularmente vulneráveis a situações de pobreza e exclusão”.

A Cáritas chama a atenção para “as pessoas com mais baixos níveis de escolaridade, com menor participação no mercado de trabalho, as famílias monoparentais, as pessoas com deficiência e as famílias imigrantes, incluindo as respetivas crianças”.

Por outro lado, refere que as estatísticas oficiais “são um retrato incompleto das situações de pobreza e exclusão em Portugal”, uma vez que têm por base os inquéritos do Censos, “que não incluem as pessoas em situação de sem-abrigo, os reclusos nas prisões, os nacionais e estrangeiros que vivem em alojamentos temporários ou as comunidades nómadas”.

Lavandarias Profissionais IPSS



Miele

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MALA TEL: 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial **Miele**